



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016478-83.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
Requerente: **Daiane Carolina da Silva**
Requerido: **Anna Maria Pereira Honda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré na obrigação consistente na entrega de documentos alusivos ao curso de "DIREITO, BACHARELADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS" que frequentou no período de 2004 a 2008.

Citada, a ré apresentou contestação arguindo inexistir possibilidade de dar cumprimento ao pedido na inicial, visto o encerramento de suas atividades e não ter como proceder à nova emissão dos documentos reclamados.

Após ter sido determinado por este juízo que se procedesse à constatação nas dependências da ré com o fito de se localizar tais documentos, a ré os exibiu nos autos concordando que fossem entregues à autora (fls. 59/60).

Intimada pessoalmente, a autora compareceu em cartório e retirou os documentos juntados pela ré, conforme se observa pelo recibo lançado a fl. 61vº, nada mais requerendo a partir de então, malgrado a intimação de fl. 66 dirigida à sua ilustre defensora pela imprensa oficial.

É fato que a autora tem interesse na exibição dos documentos aludidos, pois dizem respeito ao curso que frequentou quando a ré ainda o ministrava, antes do encerramento das suas atividades.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É certo, porém, que o seu silêncio após ter desentranhado os documentos apresentados pela ré, induz em hipótese de que os mesmos atenderam plenamente a sua pretensão.

Esgotou-se, portanto, o objeto do processo e a prestação jurisdicional.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para condenar a ré a entregar à autora os documentos reclamados na inicial.

Outrossim e considerando-se que tais documentos já foram emitidos e entregues à autora, que nada mais requereu em termos de prosseguimento, julgo extinto o processo, nos termos do art. 269, inc. I c.c. art. 794, inc. I, ambos do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado e feitas as anotações de estilo, destruam-se os autos, oportunamente.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**